



Relatório

Acessibilidade e Inclusão



2023

GESTÃO TJCE (Biênio 2023-2025)

Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes – Presidente

Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto – Vice-Presidente

Desembargadora Maria Edna Martins – Corregedora-Geral da Justiça

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Dr. Gúcio Carvalho Coelho - Supervisor

Iane Carolina Rodrigues Ferreira - Coordenadora

Dra. Leopoldina de Andrade Fernandes

Francisca Andrea Ribeiro Vasconcelos

Francisco Marcelo Fontenele Braga

Kélia da Silva Aires Aragão

Nara Célia Rolim Costa

Cláudio Aparecido Bento Monteiro

Daniel Melo de Cordeiro

Larissa Karla Sampaio de Oliveira

Lucas Macário Oliveira de Queiroz

Aldo Pascoal de Oliveira Neto

Marcela Fonseca Grangeiro

ELABORAÇÃO

Comissão de Acessibilidade e Inclusão

Núcleo de Apoio às Comissões

Sumário

Apresentação	4
Ações de acessibilidade e inclusão.....	5
TJCE Amplia Acessibilidade no Judiciário com Atendimento Inclusivo a pessoas surdas	6
Balanço 2023: atendimentos inclusivos da Central de Atendimento Judicial do TJCE	8
Projeto Pôr do Sol Cultural em 2023: Conscientização e Debate sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	10
Projeto “Nós da Justiça em Libras”	12
“Justiça de Olhos Abertos” - Ações e Impacto do TJCE em 2023 para Inclusão no Judiciário	14
Linguagem Simples: Simplificação da Linguagem Jurídica.....	16
Curso de Consultoria em Acessibilidade para Colaboradores da Seadi	18
Projeto “Inclusão em foco”: Ciclo de palestras	19
Acessibilidade tecnológica e comunicacional.....	21
Capacitação e inclusão.....	23
Programa de Lideranças Femininas do TJCE: Clube de Leitura Esperança Garcia	25
Ações de combate à violência contra a mulher, equidade de gênero e inclusão feminina	27
Projeto “Meu Corpo Também Pulsa”: Abordagem Inclusiva e Humanizada nos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+ e Mulheres Detidas	29
Poder Judiciário sedia evento de combate à LGBTfobia	31
TJCE e Apada: 25 Anos de Inclusão e Dignidade para Pessoas Surdas no Judiciário Cearense	32
Encontro entre Comissões do TJCE e OAB-CE em 2023 Fortalece Compromisso com Acessibilidade.....	34
Enfoque na Reconstrução e Modernização com Ênfase na Acessibilidade.....	36
Iniciativas do TJCE para a Ampliação do Acesso à Justiça e Inclusão Digital (PID).....	38
Reformas e Revitalizações de Fóruns com Ênfase em Acessibilidade	39
Referências	42

Apresentação

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) reconhece e assume o compromisso inarredável com a acessibilidade e inclusão, assegurando a todos os cidadãos o pleno acesso à justiça, independentemente de suas características individuais. Essa convicção se traduz em ações concretas que visam garantir a todos o direito fundamental de serem ouvidos e de terem seus direitos tutelados, sem qualquer forma de discriminação. Este relatório apresenta as ações e resultados expressivos do TJCE em 2023, comprovando o atendimento ao **Art. 9º, XIV, Acessibilidade e Inclusão, da Resolução CNJ nº 401/2021**, requisito do Prêmio CNJ de Qualidade.

O ano de 2023 foi marcado por um conjunto de iniciativas inovadoras que promoveram a acessibilidade e inclusão no âmbito do TJCE. Através de ações estratégicas, o Tribunal buscou garantir a todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, cognitivas ou de gênero, o acesso pleno aos serviços jurisdicionais.

O Tribunal vem simplificando a linguagem jurídica para facilitar o acesso à justiça. Documentos como decisões, intimações e cartas de citação estão sendo reescritos em linguagem clara e objetiva, com o uso de ilustrações e vídeos explicativos. O objetivo é que todos os cidadãos, independentemente de sua formação ou conhecimento jurídico, possam entender seus direitos e obrigações.

O TJCE inaugurou e reformou diversos fóruns, garantindo ambientes físicos acessíveis a todos. Rampas, elevadores, banheiros adaptados e sinalização em Braille são exemplos das medidas implementadas para garantir a locomoção e o acesso à informação de pessoas com deficiência.

Uma parte considerável da comunidade interna do TJCE foi capacitada em temas como Libras, inclusão de pessoas com deficiência e comunicação acessível. Além disso, a expansão do atendimento especializado à comunidade surda foi realizada por meio do aprimoramento do atendimento humanizado, o qual estabeleceu protocolos específicos para assegurar a autonomia individual e a plena comunicação dos cidadãos. Isso inclui a presença de intérpretes de Libras e a disponibilização de vídeos informativos em Libras no site do TJCE, visando assegurar a comunicação e o acesso à informação para pessoas com deficiência auditiva.

O TJCE promoveu diversos eventos para conscientizar magistrados, servidores e a comunidade em geral sobre a importância da acessibilidade e inclusão. Palestras, workshops e campanhas informativas foram realizados para sensibilizar a sociedade para a necessidade de construir um ambiente mais justo e inclusivo.

A parceria do TJCE com o Instituto dos Cegos viabilizou o projeto "Justiça de Olhos Abertos", promovendo inclusão no Judiciário cearense de pessoas com deficiência visual. Essa colaboração permitiu ações significativas, como visitas guiadas ao Fórum, distribuição de cartilhas em Braille e palestras motivacionais, inspirando estudantes com deficiência a considerarem carreiras jurídicas.

O Tribunal de Justiça do Ceará está comprometido com a construção de um sistema de justiça mais justo e humano, onde todos os cidadãos, independentemente de suas características individuais, sejam tratados com dignidade e respeito. As ações implementadas em 2023 demonstram o compromisso do TJCE com a acessibilidade e inclusão, e representam um passo importante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ações

Acessibilidade e Inclusão

TJCE Amplia Acessibilidade no Judiciário com Atendimento Inclusivo a pessoas surdas

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) reforçou seu compromisso com a acessibilidade no Judiciário, especialmente no atendimento às pessoas surdas, em celebração ao Dia Nacional dos Surdos, em 26 de setembro de 2023. Buscando aprimorar a experiência dos usuários surdos, o TJCE implementou protocolos específicos nas Centrais de Atendimento Judiciais (CAJs), assegurando a autonomia individual e a plena comunicação desses cidadãos.

O protocolo adotado nas CAJs destaca a importância do atendimento exclusivo em Libras, a Língua Brasileira de Sinais, enfatizando gestos, expressões faciais e movimentos do corpo como facilitadores da comunicação eficiente e acessível. A abordagem preconiza a naturalidade e sinceridade, fundamentais para criar um ambiente propício à interação.

A comunicação efetiva é garantida por meio de práticas simples, como falar de frente para a pessoa surda, em ambientes bem iluminados que favoreçam a leitura labial. O respeito à individualidade é reforçado ao dirigir-se diretamente à pessoa com deficiência auditiva, mesmo na presença de um intérprete. Nelson Nogueira, diretor estadual de atendimento do TJCE, ressalta que tais diretrizes visam promover a inclusão e valorizar a diversidade.

O TJCE, consciente da importância da capacitação, investe em treinamentos para seus colaboradores, preparando-os para atender às necessidades específicas dos surdos. A busca pela igualdade de acesso à Justiça é enfatizada como um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente de suas habilidades.

Em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada), o TJCE contribui para a contratação de profissionais, contando atualmente com 47 colaboradores, entre digitalizadores e higienizadores de processos. Durante sessões do Tribunal Pleno e do Órgão Especial, assim como em eventos do Judiciário cearense, intérpretes em Libras estão presentes, garantindo a participação ativa desse público na Justiça.

Nelson Nogueira destaca que, com essas medidas, o TJCE reafirma seu compromisso com a promoção da inclusão e acessibilidade em todas as instâncias do trabalho judiciário. O tribunal continuará buscando maneiras de aprimorar o atendimento inclusivo, garantindo que os direitos sejam respeitados. Esse comprometimento faz parte dos projetos da Estratégia de Transformação Digital do TJCE, implementada por meio do Programa de Modernização do Poder Judiciário cearense (Promojud). Em conjunto, almejam construir uma sociedade mais inclusiva e justa para todos.





Balanço 2023: Atendimentos Inclusivos da Central de Atendimento Judicial do TJCE

Em consonância com os princípios do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Resolução 401 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) reforçou seu compromisso com a acessibilidade e inclusão por meio da Central de Atendimento Judicial (CAJ) no ano de 2023. Uma análise do referido ano demonstra um aumento de 39% no atendimento inclusivo, quando comparado ao ano anterior, evidenciando um total de 574 pessoas com deficiência assistidas, que buscaram serviços no Fórum Clóvis Beviláqua (FCB), em Fortaleza.

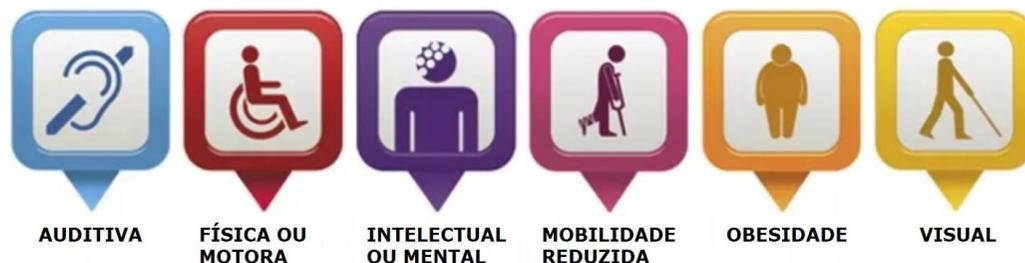
A fim de proporcionar um atendimento personalizado, a CAJ implementou uma abordagem estratégica, identificando os usuários com deficiência por meio de uma triagem na recepção do FCB. Essa identificação contempla diversas categorias, como Pessoas com Deficiência Auditiva, Motora, Visual, Paralisia Cerebral, Síndrome de Down ou Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com base nessa classificação, os atendimentos são encaminhados para servidores devidamente treinados, destacando-se o suporte específico para deficiência auditiva, que conta com profissionais habilitados em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Em 2023, os resultados refletem a eficácia desse modelo inclusivo, com 27 atendimentos a pessoas com deficiência auditiva, 289 com deficiência motora, 85 com deficiência visual, 6 com paralisia cerebral, 43 com Síndrome de Down e 124 com TEA. Esses números indicam uma tendência de aprimoramento contínuo para atender às necessidades específicas de cada indivíduo.

O diretor Estadual de Atendimento, Nelson Ricardo de Moraes Nogueira, enfatiza que esses indicadores são reflexo do compromisso do Poder Judiciário em oferecer atendimentos cada vez mais personalizados e acolhedores. Destaca-se que essas iniciativas, iniciadas em 2018, estão em constante evolução, com um projeto estratégico específico para fortalecer o atendimento inclusivo, ampliando tanto o pessoal quanto a estrutura, capacitados para esse propósito.

Além dos atendimentos, o TJCE implementou diversas medidas para tornar o ambiente do Fórum Clóvis Beviláqua mais acessível e acolhedor. A disponibilidade de carrinhos de bebê, salas de amamentação com fraldário, salas de acolhimento e depoimento especial a vítimas e testemunhas, brinquedotecas, produtos de higiene e absorventes higiênicos gratuitos para pessoas que necessitarem,

Em um contexto mais amplo, o Ceará possui aproximadamente 949 mil pessoas com deficiência, de acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, representando cerca de 10,6% da população estadual. Diante desse cenário, o TJCE reafirma seu compromisso em promover a inclusão, cumprindo sua missão de proporcionar um acesso efetivo à justiça para todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades.





Projeto Pôr do Sol Cultural em 2023: Conscientização e Debate sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

No ano de 2023, o Projeto Pôr do Sol Cultural, uma iniciativa da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB), abraçou a campanha Setembro Verde, dedicada à conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência. O evento, que ocorreu no dia 22 de setembro, no Centro de Convivência do FCB, trouxe como palestrantes três convidados especializados no tema.

Lucas Sampaio Maia, titular da Coordenadoria Especial da Política da Pessoa com Deficiência da Secretaria dos Direitos Humanos, autista e professor de história, compartilhou sua experiência como militante dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Ele é também membro da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (Abraça) e ex-presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CEDEF/CE).

Maria Tânia Soares Torres, pós-graduanda em Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Neurociência pela Faculdade Batista de Minas Gerais, e assistente de apoio judiciário na 1ª Vara de Cível da Comarca de Beberibe, trouxe sua perspectiva como militante na área dos direitos da pessoa com deficiência. Além disso, ela atua como facilitadora na Seção de Capacitação do FCB.

O encerramento do encontro ficou a cargo de Marcos Aurélio Marques Nogueira, graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza e Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

O Pôr do Sol Cultural, que tem como propósito promover momentos de reflexão e integração entre magistrados, servidores e colaboradores do Judiciário cearense, realiza encontros mensais abordando temas sociais e culturais relevantes, além de proporcionar diversas formas de manifestações artísticas. Neste mês, o evento contribuiu para a conscientização e discussão sobre os direitos das pessoas com deficiência, alinhando-se à importante campanha Setembro Verde.





Projeto “Nós da Justiça em Libras”

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) realizou, ao longo de 2023, um projeto inovador denominado "Nós da Justiça em Libras". A iniciativa, inédita entre os Tribunais brasileiros, consiste na criação de sinais em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para cada um dos 53 desembargadores do Judiciário cearense.

O projeto foi lançado em comemoração ao primeiro ano de contratação de intérpretes de Libras para atuar em diversas atividades, como sessões de julgamento, eventos oficiais e atendimento ao público no Fórum Clóvis Beviláqua (FCB). Durante o evento de lançamento, o presidente do TJCE, desembargador Abelardo Benevides Moraes, enfatizou o compromisso diário dos intérpretes em promover acessibilidade e inclusão para a comunidade surda, ampliando, assim, o acesso à Justiça e cidadania.

Os sinais foram desenvolvidos por colaboradores surdos que atuam em áreas específicas do TJCE, utilizando vídeos das sessões para criar identificações únicas para cada desembargador. Essa ação demonstra a preocupação do Tribunal em promover a inclusão, alinhando-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 da Agenda 2030 da ONU, que trata sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

O presidente da Corte destacou também a longa tradição do TJCE em celebrar convênios para a contratação de pessoas surdas, em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada), reforçando o compromisso histórico do Tribunal com a inclusão.

A ação "Nós da Justiça em Libras" não apenas visa agilizar o trabalho dos intérpretes, mas também promover a aproximação do Judiciário cearense com a comunidade surda. Os vídeos com os sinais estão disponíveis nas redes sociais do TJCE, visando informar o público sobre essa iniciativa inovadora e inclusiva.

Os intérpretes envolvidos no projeto, como Jaqueline Cavalcante, Kalinca Cruz e Ismael Teófilo, destacaram a importância da ação para a comunidade surda e expressam o seu papel fundamental como pontes entre essa comunidade e o sistema judicial.



NÓS DA JUSTIÇA EM
LIBRAS



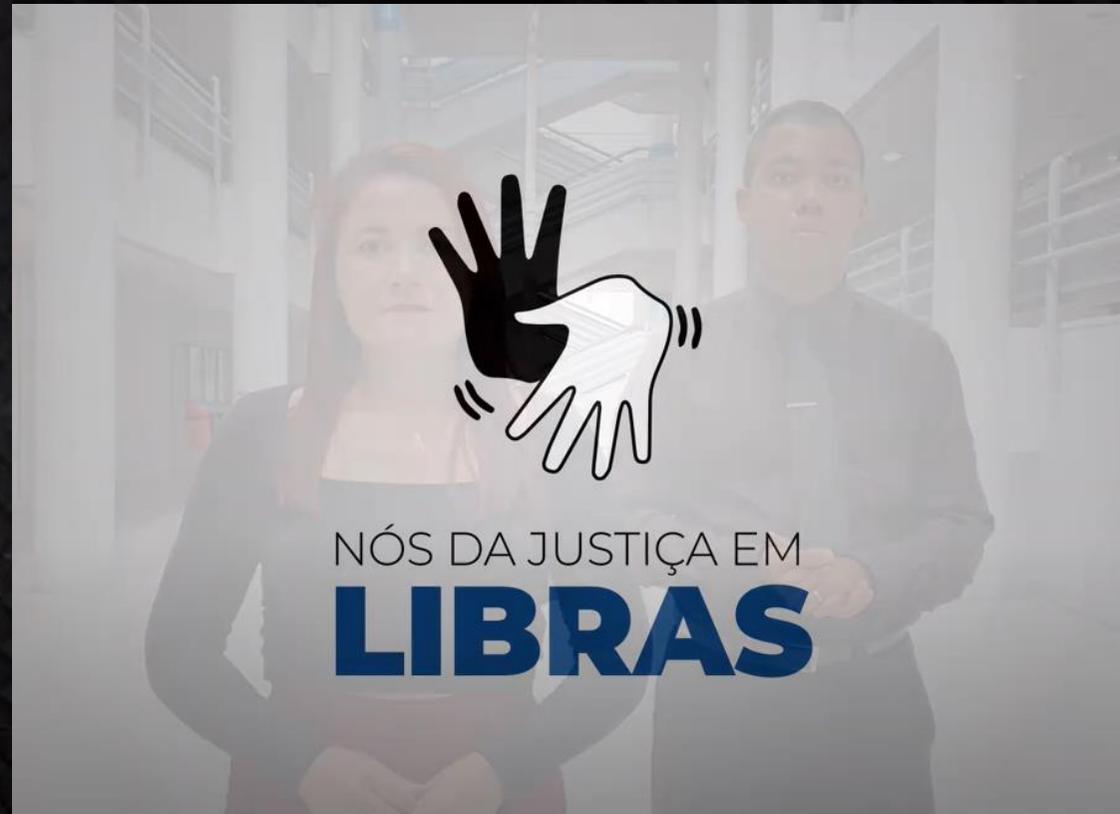
Desembargador Abelardo Benevides Moraes



Desembargador Heráclito Vieira



Desembargadora Maria Edna Martins



NÓS DA JUSTIÇA EM
LIBRAS

“Justiça de Olhos Abertos” - Ações e Impacto do TJCE em 2023 para Inclusão no Judiciário

O projeto "Justiça de Olhos Abertos", lançado pelo Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) em dezembro de 2022, continuou a se destacar em 2023, promovendo inclusão e acessibilidade no Judiciário cearense. A iniciativa visa oferecer oportunidades de conhecimento sobre o sistema judicial para estudantes cegos ou com baixa visão, visando despertar vocações no universo jurídico.

No dia 12 de abril de 2023, 32 estudantes do Instituto Hélio Góes participaram de uma ação inédita, conhecendo o Fórum Clóvis Beviláqua e acompanhando um Júri Popular. A iniciativa, denominada "Justiça de Olhos Abertos", incluiu a entrega de cartilhas impressas em Braille, em formato ampliado e tradicional, contendo informações relevantes sobre o funcionamento do Judiciário estadual.

O projeto tem como objetivo principal despertar o interesse e a vocação dos alunos para carreiras no universo jurídico, como juízes, promotores, advogados, entre outros. O presidente do TJCE, desembargador Abelardo Benevides Moraes, destaca a importância de influenciar positivamente o futuro dos jovens, ressaltando a possibilidade de surgirem novos profissionais na área.

Alguns alunos já demonstravam interesse nas carreiras jurídicas antes da visita, enquanto outros tiveram a oportunidade de explorar e considerar essa possibilidade após a experiência no Fórum. A inclusão e acessibilidade foram evidenciadas pela entrega de informações de forma adaptada e pela sensibilidade demonstrada durante a visita.

Em novembro de 2022, a presidente do TJCE à época, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, e a presidente da Sociedade de Assistência aos Cegos (SAC), Maria Lizélia Sá e Almeida Soares, assinaram um convênio para a execução do projeto. A iniciativa está alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da ONU, que trata sobre 'Paz, Justiça e Instituições Eficazes'.

O sucesso do projeto despertou o interesse da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Piauí, que enviou uma equipe para conhecer de perto a iniciativa pioneira. A visita incluiu a Sociedade de Assistência aos Cegos, parceira do TJCE no projeto, onde os visitantes destacaram a grandiosidade e abrangência social da ação.

Sob a atual gestão do desembargador Abelardo Benevides Moraes, o TJCE continuou a execução do projeto em 2023. Foram produzidas e distribuídas 200 cartilhas em Braille para estudantes cegos ou com baixa visão vinculados à SAC. Além disso, o Tribunal promoveu visitas guiadas ao Fórum Clóvis Beviláqua e planeja realizar mais palestras sobre Justiça e Direito.

A primeira edição do projeto foi concluída em outubro de 2023 com a realização de três palestras motivacionais para estudantes cegos do Instituto Hélio Góes. Palestrantes, incluindo um advogado cego e um juiz auxiliar, compartilharam experiências inspiradoras e encorajadoras, visando despertar o interesse dos jovens pela área do Direito.

O projeto "Justiça de Olhos Abertos" é considerado inspirador e extremamente relevante para promover inclusão e acessibilidade. O TJCE destaca a disponibilidade para auxiliar outros estados interessados em replicar a iniciativa, enfatizando a importância de ampliar e expandir ações semelhantes para beneficiar um maior número de pessoas.



Linguagem Simples: Simplificação da Linguagem Jurídica

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) está executando, desde 2021, projeto inovador que visa simplificar a linguagem utilizada em documentos jurídicos. A iniciativa, liderada pelo Laboratório de Inovação (LabLuz) do TJCE em parceria com áreas interessadas, propõe um modelo simplificado para documentos essenciais, como a decisão administrativa, comunicado sobre ação judicial, carta de citação, mandado de intimação, orientações dadas na audiência admonitória, carta de notificação de sessões do Tribunal do Júri, termos de cooperação técnica, oitivas especiais de crianças e adolescentes, e cartilhas pedagógicas sobre o combate à violência doméstica.

Esta abordagem inovadora tem como objetivo tornar as informações mais acessíveis e compreensíveis para a população em geral, facilitando o entendimento do conteúdo presente nos documentos jurídicos. A Carta de Citação reformulada inclui enunciados elucidativos, como "O que isso significa?", "Como posso me manifestar?" e "Qual o prazo para manifestação?", acompanhados de respostas diretas, proporcionando um texto mais didático.

Além disso, a implementação do "Direito Visual", que utiliza elementos visuais para transformar informações jurídicas em algo compreensível para qualquer pessoa, representa uma abordagem inovadora no setor. A presença de um QR Code na página, direcionando para um vídeo explicativo gerado por inteligência artificial, exemplifica essa estratégia.

A ação se traduz como um movimento de inclusão através da linguagem, rompendo com a histórica segregação linguística no Direito. A iniciativa visa aproximar o Judiciário da sociedade, tornando suas comunicações mais compreensíveis para todos.

Mais recentemente, a aplicação bem-sucedida do modelo simplificado foi observada nos Juizados Especiais das Comarcas de Juazeiro do Norte e Crato, assim como na Secretaria Judiciária do Segundo Grau, durante as comunicações com autoridades carcerárias na expedição de alvarás de soltura. A próxima etapa planejada é a extensão do modelo para as Varas de Execução Fiscal do Núcleo de Justiça 4.0, demonstrando a continuidade do esforço conjunto para aprimorar a comunicação judiciária.

Paralelamente, as Varas encarregadas pela execução penal na Capital e no Interior adotaram a linguagem simplificada durante as audiências com apenados. O Laboratório de Inovação (LabLuz) desenvolveu material informativo conciso, acompanhado por ilustrações, distribuído durante as audiências admonitórias. A juíza Karla Aranha, da Vara Criminal de Icó, relata a aplicação bem-sucedida do método, evidenciando a redução substancial no número de regressões cautelares e a melhor compreensão das regras pelos beneficiados.

A origem da iniciativa remonta a uma parceria estabelecida com o laboratório ÍRIS, do Poder Executivo cearense, em abril de 2022, alinhada aos objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça do Ceará de aproximação com a sociedade e intensificação da comunicação ativa. O projeto também está integrado ao Plano Estratégico 2030 do Poder Judiciário cearense e contribui para a transformação digital proposta pelo Programa de Modernização do Poder Judiciário do Ceará (Promojud).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
1º Núcleo de Justiça 4.0 - Execuções Fiscais
WhatsApp: (85) 3492-8271 | E-mail: 1nucleojustica@tjce.jus.br - Comarca do Processo#Retorna o nome da co#

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a), **[Nome do Destinatário]**,

Esta carta é uma determinação da Justiça Estadual para que você pague um valor de **R\$ 0.000,00** com o Estado do Ceará. Você tem 5 (cinco) dias úteis para pagar. Se você recebeu esta carta hoje, o prazo será contado a partir de amanhã.

Como pagar a dívida?

Acesse o Portal do Contribuinte (<https://portaldocontribuinte.pge.ce.gov.br>) ou vá à Procuradoria Geral do Estado do Ceará (Av. Dr. José Rodrigues, 150, Edson Queiroz, Fortaleza-CE, 60.811-520).

O que acontece se você não pagar a dívida no prazo de 5 dias úteis?

A Justiça poderá bloquear seus bens no valor equivalente da dívida.

Discorda desta cobrança?

Então será preciso procurar um(a) advogado(a) ou a Defensoria Pública do Estado.

O que é a Defensoria Pública?
A Defensoria Pública orienta e oferece atendimento jurídico de graça, se você não tiver condições de contratar um advogado particular.
Acesse: <https://www.defensoria.ce.def.br/>

[assinatura]
Supervisor de Unidade Judiciária

Processo nº: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Assunto: Execução Fiscal
Cobrador: Procuradoria Geral do Município de Pacoti
Devedor: [nome da pessoa citada]
Valor da causa*: R\$ 0.000,00

*Esse valor será atualizado na data do pagamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

2ª Vara Criminal da Comarca de Juazeiro do Norte
Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca, CEP 63046-550 - Juazeiro do Norte
Fone: (88) 3571-8850 - E-mail: juazeiro2criminal@tjce.jus.br - Comarca do Processo#P

MANDADO DE INTIMAÇÃO

Olá, **[Nome do Destinatário]**,

Esta é uma determinação da Justiça Estadual para que você compareça a uma audiência administrativa.

O que é uma audiência administrativa?

É uma oportunidade para você conversar com um juiz, ouvir conselhos e aprender com a experiência. É uma chance de entender como agir corretamente e se tornar um cidadão mais responsável.

O que isso significa?

Significa que, no dia ... às ..., você deverá comparecer ao Fórum Des. Juvêncio Joaquim de Santar Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca ou por vídeo sistema/aplicativo Microsoft Teams. Na ocasião, você também deverá se identificar meio da apresentação de documento com foto.

Como entro na sala de audiência?

- Você pode entrar de duas formas:
- Através desse link: [XXXXXXXXXX](https://www.teams.microsoft.com)
 - Lendo o QR-code nesta página.

Junto com este documento você deverá acessar a sala de audiência.

E se eu tiver dúvidas?

Você pode entrar em contato com a Defensoria Pública das 11h às 18h.

Atenciosamente,

[assinatura]
Juiz do processo

Processo nº: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Assunto: Delito contra a ordem tributária
Autor: Ministério Público do Estado do Ceará
Acusado: [nome da pessoa citada]
Endereço: [Endereço completo da parte passiva]
Mandado: [Mandado número]

Sr(a) [N]
[Endere



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
Vara de Crimes Contra A Ordem Tributária da Comarca de Fortaleza
WhatsApp/fone: (85) 3492.8172 | E-mail: for.cca@tjce.jus.br - Comarca do Processo#Retorna o nome da co#

CITAÇÃO

Prezado(a), **[Nome do Destinatário]**,

Esta é uma determinação da Justiça Estadual para que você tome conhecimento de que está sendo citado(a) no Processo criminal de nº [Número do Processo].

O que isso significa?

Significa que, a partir deste momento, você deve se manifestar, por escrito, quanto às acusações feitas pelo Ministério Público contra você, pela prática de algum(s) delito(s) contra a ordem tributária.

Qual é o prazo para me manifestar?

10 (dez) dias a partir do recebimento desta citação.

Como posso me manifestar?

Para fazer uma manifestação será preciso procurar um(a) advogado(a) ou a Defensoria Pública do Estado.

O que é a Defensoria Pública?

A Defensoria Pública orienta e oferece atendimento jurídico de graça, se você não tiver condições de contratar um advogado particular.
Acesse: <https://www.defensoria.ce.def.br/>

Como pagar a dívida?

Acesse o Portal do Contribuinte (<https://portaldocontribuinte.pge.ce.gov.br/>) ou vá à Procuradoria Geral do Estado do Ceará (Av. Dr. José Rodrigues, 150, Edson Queiroz, Fortaleza-CE, 60.811-520).

Atenção! A partir de agora, você deve nos avisar qualquer mudança de endereço que vier a fazer, para preservar a nossa comunicação.

Seu representante deve fazê-lo por escrito, no sistema de automação da Justiça (Saj), por meio do Portal e-Saj.

O parcelamento da dívida suspende essa ação penal e a sua quitação a extingue. Mas atenção! Qualquer negociação deve ser informada à Vara de crimes contra a ordem tributária.



Aponte a câmera do seu celular para o Código QR e assista ao vídeo explicativo para entender melhor esse documento.
Esta citação está de acordo com o artigo 396 do Código de Processo Penal.

Curso de Consultoria em Acessibilidade para Colaboradores da Seadi

O Tribunal de Justiça do Ceará, por meio da Coordenadoria de Educação Corporativa (Ceduc), realizou nos dias 23, 24 e 25 de janeiro de 2023 o curso "Consultoria em Acessibilidade", em parceria com a Secretaria de Administração e Infraestrutura (Seadi) e a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

A capacitação, voltada para colaboradores da Seadi, abordou temas relevantes relacionados à acessibilidade, incluindo o conceito de acessibilidade e desenho universal, normas e legislações brasileiras no ambiente construído, rota acessível, aspectos específicos em prédios públicos, método de laudo de vistoria técnica em acessibilidade, além de análise e discussão de casos reais e projetos.

A instrutora responsável pelo curso foi a renomada arquiteta e urbanista Zilsa Maria Pinto Santiago, com vasta experiência acadêmica e profissional. A capacitação envolveu duas aulas virtuais pela plataforma Teams e uma aula presencial no Fórum Clóvis Beviláqua, das 14h às 17h.

Na abertura do curso, a presidente do TJCE à época, desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira, enfatizou a importância da ação, ressaltando a sintonia da administração com os preceitos éticos e o compromisso com a melhoria das estruturas judiciárias, destacando a influência das condições estruturais nas pessoas e no ambiente.

A professora Zilsa Maria Pinto expressou sua satisfação em contribuir com a iniciativa, destacando a relevância do olhar para a acessibilidade e seu comprometimento contínuo com essa causa. A capacitação prosseguiu com aulas virtuais no dia 24/01 e presenciais no dia 25/01, seguindo a agenda no Fórum Clóvis Beviláqua.

Essa ação educacional do TJCE está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, que recomenda a promoção da acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência, demonstrando o compromisso do tribunal com princípios de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.



Projeto “Inclusão em foco”: Ciclo de palestras

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) concluiu com sucesso o projeto Inclusão em Foco: Ciclo de Palestras para Atendimento às Populações Vulneráveis em 2023. A iniciativa, promovida pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, teve como objetivo promover a diversidade e contribuir para a construção de uma sociedade mais acolhedora e igualitária.

O ciclo de palestras consistiu em oito encontros realizados ao longo do mês de novembro pela Seção de Capacitação da Comarca de Fortaleza. Cada encontro abordou temas específicos relacionados ao atendimento a públicos diversos, como mulheres, idosos, pessoas em situação de rua, LGBTQIAP+, população negra, quilombolas e povos originários, pessoas com deficiência e doenças crônicas, pessoas com transtorno do espectro autista, crianças e adolescentes.

Os palestrantes convidados para conduzir os encontros foram escolhidos visando à diversidade, reunindo profissionais com amplo conhecimento, experiência profissional e vivência pessoal relacionados aos grupos sociais abordados.

O oficial de gabinete André Fonseca, participante do ciclo, destacou a importância do projeto, ressaltando que proporcionou uma compreensão mais profunda do ser humano e a oportunidade de compartilhar experiências de vida. O servidor do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), Abdon Filho, enfatizou a relevância da educação como uma ferramenta poderosa para lidar com as questões sociais e expressou seu interesse em participar de iniciativas semelhantes no futuro.

O projeto "Inclusão em Foco" buscou sensibilizar e preparar os profissionais que atuam na Justiça para um atendimento empático, respeitoso, inclusivo e eficaz a todos os públicos que recorrem aos serviços administrativos e judiciários do TJCE. Os encontros ocorreram de forma híbrida, presencial na Seção de Capacitação do FCB e virtual por meio de transmissão via Microsoft Teams.

A diversidade de temas abordados nas palestras, que incluíram desde o atendimento a crianças e adolescentes até a população em situação de rua, demonstra o comprometimento do TJCE em compreender as características e necessidades específicas de cada grupo. A gravação das palestras está disponível para os colaboradores do TJCE, proporcionando acesso contínuo ao conteúdo e promovendo a disseminação do conhecimento adquirido. O projeto alcançou sucesso ao proporcionar uma plataforma para diálogos inclusivos e educativos, contribuindo para a promoção da equidade e respeito aos direitos de todos os cidadãos.





Acessibilidade tecnológica e comunicacional

▶ 🔁 Ouvir: Acessibilidade tecnológica e comunicacional

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) tem como prioridade a ampliação do acesso ao seu conteúdo, especialmente direcionado às pessoas com deficiência (PcD). O portal do TJCE adotou uma abordagem proativa ao implementar diversas ferramentas de acessibilidade para promover a democratização do acesso à informação e garantir uma experiência inclusiva aos usuários.

Uma das principais medidas adotadas foi a introdução de recursos para leitura facilitada. O aplicativo "Ouvir texto da notícia" proporciona uma solução para usuários com dificuldades visuais ou auditivas, permitindo o acesso ao conteúdo do site de maneira mais acessível e eficiente. No início de cada página, foram inseridos botões de controle que oferecem opções significativas aos usuários. Esses botões incluem a possibilidade de ir diretamente ao conteúdo principal, acessar o menu principal, iniciar uma busca específica e ativar o modo de alto contraste para melhorar a legibilidade.

Além disso, algumas páginas foram estrategicamente desenvolvidas para facilitar a navegação, proporcionando opções de navegação que direcionam o usuário diretamente ao conteúdo relevante. A adaptação a diferentes dispositivos também foi considerada. A capacidade de reorganizar os elementos da página conforme a tela do usuário.

O site do TJCE incentiva ainda a exploração das capacidades dos dispositivos utilizados pelos usuários. Tanto no sistema operacional Windows quanto nos dispositivos Android mais recentes, são oferecidas diversas opções de acessibilidade, como alto contraste, controle de tamanho de texto, narrador de tela, reconhecimento de fala, comandos por voz e assistentes virtuais inteligentes. Esta abordagem visa maximizar a utilidade dos recursos já presentes nos dispositivos dos usuários.

No que se refere à acessibilidade para a comunidade surda, o TJCE ampliou sua equipe de tradutores e intérpretes de Libras, contando atualmente com dez profissionais. Essa iniciativa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Esses intérpretes desempenham suas funções em diversas instâncias do Tribunal, abrangendo desde as sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras e Seções de Direito Público, Privado e Criminais, até eventos e atividades transmitidos por meio dos aplicativos oficiais do TJCE, como YouTube e Instagram.

Como parte das iniciativas inclusivas, o TJCE lançou a série "Justiça em Libras", um programa semanal desenvolvido especialmente para a comunidade surda. Nessa série, são abordados conceitos, termos jurídicos e processos legais de forma clara e acessível, utilizando a Língua Brasileira de Sinais. Em 2023, o TJCE reafirmou seu compromisso contínuo com a acessibilidade, produzindo e publicando um total de 990 matérias com recursos específicos. Essas medidas visam assegurar o acesso pleno e equitativo à informação.





Capacitação e inclusão

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), ao longo do ano de 2023, consolidou sua posição como defensor ativo da acessibilidade e inclusão por meio da realização de cursos e palestras cuidadosamente elaborados. Essas iniciativas educacionais emergiram como pilares essenciais, promovendo uma compreensão aprofundada e prática de temas críticos relacionados à diversidade étnica, equidade de gênero, direitos da pessoa idosa, violência doméstica e outros assuntos relevantes.

Neste contexto, apresentaremos de maneira detalhada cada uma dessas ações, destacando não apenas a amplitude temática, mas também o impacto que tiveram na formação e conscientização de magistrados, servidores e demais participantes.

1. Curso ESMEC: Discriminação, Preconceito e Diversidade Étnica

1.1. Ementa: Abordou temas como racismo estrutural, institucional, e reverso, diversidade étnica, preconceito racial, discriminação, ações afirmativas, direitos LGBTQIA+, LGBTfobia, bullying, redes de acolhimento, políticas institucionais de enfrentamento à discriminação, fundamentos do preconceito, práticas de violência de gênero e misoginia.

1.2. Quantitativo de Inscritos: 32 participantes (24 magistrados e 8 servidores).

1.3. Realização: 12, 13 e 17 de abril de 2023.

2. Curso: Equidade e Protagonismo Feminino no Poder Judiciário

2.1. Ementa: Explorou a teoria de gênero, assimetrias de gênero no sistema de justiça, protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, análise de decisões sob a perspectiva de gênero, potência da paridade de gênero e protagonismo feminino no Poder Judiciário.

2.2. Quantitativo de Inscritos: 35 participantes (13 magistrados e 22 servidores).

2.3. Realização: 29 de novembro a 1º de dezembro de 2023.

3. Curso: Julgamento com Perspectiva de Gênero

3.1. Ementa: Abordou a Resolução 492/2023 do CNJ, direitos das mulheres, controle de constitucionalidade e de convencionalidade, violência de gênero, normativas internacionais e Resolução 369 de 19/01/2021 sobre mulheres privadas de liberdade nas Américas.

3.2. Quantitativo de Inscritos: 39 participantes (18 magistrados e 21 servidores).

3.3. Realização: 2 a 6 de outubro de 2023.

4. Curso: Direito e Racismo Religioso



4.1. Ementa: Explorou conceitos introdutórios, religião, política, direito, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, pressão social e litigância estratégica contra a intolerância e racismo religioso, órgãos e legislação de combate à intolerância religiosa.

4.2. Quantitativo de Inscritos: 40 participantes (14 magistrados e 26 servidores).

4.3. Realização: 25 a 29 de setembro de 2023.

5. Curso: Direito da Pessoa Idosa e Sua Dimensão Teórico-prática

5.1. Ementa: Abordou representações e mitos sobre a velhice, aspectos multidimensionais da gerontologia, envelhecimento populacional, direitos do idoso, políticas públicas, estatuto da pessoa idosa, violência contra a pessoa idosa, entre outros.

5.2. Quantitativo de Inscritos: 33 participantes (18 magistrados e 15 servidores).

5.3. Realização: 23 a 25 de agosto de 2023.

6. Palestra: Os Direitos das Pessoas Trans e o Papel do Poder Judiciário

6.1. Ementa: Envolvendo o reconhecimento de direitos de pessoas trans, visibilidade trans, decisões judiciais, respeito à dignidade de gênero e combate à discriminação por identidade de gênero.

6.2. Quantitativo de Inscritos: 177 participantes (14 magistrados, 113 servidores e 50 público externo).

6.3. Realização: 15 de março de 2023.

7. Palestra: Mulher, Poder e Participação Política

7.1. Ementa: Abordou a ocupação feminina nas esferas de poder, presença feminina no Poder Judiciário, Executivo e Educação Superior, além da representatividade nos espaços decisórios.

7.2. Quantitativo de Inscritos: 105 participantes (16 magistrados, 56 servidores e 33 público externo).

7.3. Realização: 10 de março de 2023.



Programa de Lideranças Femininas do TJCE: Clube de Leitura Esperança Garcia

No ano de 2023, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) promoveu diversas iniciativas no âmbito do Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas do Poder Judiciário do estado. Destaca-se o lançamento do Clube de Leitura Esperança Garcia, ocorrido em 31 de julho no Fórum Clóvis Beviláqua, com transmissão online.

O Clube de Leitura Esperança Garcia, nomeado em homenagem à mulher negra e escravizada que, em 1770, escreveu uma carta denunciando as violências sofridas, trouxe à tona a história de Esperança Garcia. Reconhecida pela OAB/PI como a primeira advogada piauiense em setembro de 2017, sua trajetória se tornou um símbolo de resistência e ousadia na luta por direitos no contexto do Brasil escravocrata no século XVIII.

O evento inaugural abordou questões relacionadas ao autoconhecimento e empoderamento da mulher. A juíza Ana Cristina de Pontes Lima Esmeraldo, cogestora do Programa de Lideranças Femininas, expressou satisfação pela realização do Clube, destacando seu propósito de reunir mulheres para debater e fomentar a participação e o desenvolvimento dos saberes femininos.

A diretora do Fórum, juíza Solange Menezes Holanda, enfatizou que a iniciativa fortalece, une e enriquece as participantes, proporcionando um espaço para compartilhar experiências e falar a linguagem própria do grupo.

O Clube de Leitura Esperança Garcia realiza encontros mensais para discutir obras selecionadas. Recomenda-se a leitura prévia do livro, proporcionando um ambiente para compartilhar opiniões sobre aspectos relevantes e analisar o impacto social dos temas abordados. O programa inclui debates conduzidos por facilitadoras convidadas.

No segundo semestre de 2023, o Clube de Leitura Esperança Garcia promoveu cinco encontros, iniciando em 11 de agosto com a discussão de "Reivindicação dos Direitos da Mulher", de Mary Wollstonecraft, e seguindo com a análise de obras como "Um Teto Todo Seu", "Ponciá Vicêncio", "Mulheres, raça e classe" e encerrando com a apreciação de "O Papel de Parede Amarelo" no último encontro do ano.

A participação no Clube de Leitura faz parte da Rede Colaborativa do Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas, aberta a magistradas, servidoras e colaboradoras do Judiciário cearense. A iniciativa busca disseminar a Política Institucional de Participação Feminina, estimular o senso de pertencimento e promover a integração entre as mulheres do Poder Judiciário.

A ação do TJCE, integrada ao Programa de Modernização do Judiciário Cearense (Promojud) e alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da ONU 2030, destaca-se no cumprimento do ODS número 05, visando alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.





Ações de combate à violência contra a mulher, equidade de gênero e inclusão feminina

Em 2023, o Poder Judiciário do Ceará dedicou atenção expressiva à temática da equidade de gênero e à inclusão feminina, com especial enfoque no combate à violência contra as mulheres. O desdobramento dessas ações culminou em medidas protetivas, projetos educativos e preventivos, parcerias estratégicas e a implementação do Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas.

Destaca-se a efetividade das medidas protetivas, com mais de 8.500 concessões realizadas pelos sete Juizados da Mulher, evidenciando a celeridade na proteção das vítimas. A pesquisa realizada pelo 1º Juizado, que apontou a aprovação de 87% das beneficiadas em relação à eficácia dessas medidas, reforça a importância dessa abordagem. A atuação da Coordenadoria Estadual da Mulher do Tribunal de Justiça, sob a presidência da desembargadora Marlúcia de Araújo Bezerra, destaca-se na busca pela agilidade e eficácia dessas medidas, além do compromisso com a educação e divulgação da Lei Maria da Penha.

A criação de quatro Juizados da Mulher no Interior e a aprovação de um projeto de lei para a instauração de um novo Juizado em Quixadá retrata o comprometimento em descentralizar e expandir o combate à violência doméstica no estado. A realização da Jornada Maria da Penha, sediada pelo TJCE em parceria com o CNJ, reflete o empenho em debater e aprimorar a aplicação da legislação protetiva.

No âmbito das parcerias, a iniciativa conjunta entre o Tribunal de Justiça, o Governo do Estado e a Fiec para oferecer cursos de capacitação profissional para vítimas de violência doméstica é um exemplo tangível de como ações práticas podem promover a emancipação financeira das mulheres, contribuindo para a quebra do ciclo de vulnerabilidade. A colaboração entre o TJCE, a Seduc e o Instituto Maria da Penha no projeto “Prateleira Maria da Penha nas Escolas” destacam-se como uma ação preventiva de conscientização, proporcionando acesso a informações sobre a legislação e incentivando o conhecimento desde as instituições de ensino.

No âmbito do “Tempo de Justiça Mulher”, a união de diferentes órgãos para acelerar a investigação e julgamento de crimes dolosos contra a vida de mulheres é uma resposta contundente à urgência desses casos.

O Programa de Fortalecimento de Lideranças Femininas, integrado ao Promojud, implementou ações notáveis, desde a criação da Rede Colaborativa até workshops e o Clube de Leitura Esperança Garcia. O comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em especial o ODS 5, reflete o alinhamento do programa com a busca por equidade de gênero e inclusão feminina, tornando-se um instrumento valioso para a modernização e fortalecimento do Judiciário.

A implantação do Nucevid em Maracanaú e o projeto-piloto do “De Mãos Dadas” mostram uma abordagem proativa para otimizar o atendimento especializado e aproximar a Justiça da sociedade. O programa “Justiça pela Mulher da Justiça” demonstra o compromisso institucional com a segurança e o bem-estar das colaboradoras, seguindo as recomendações do CNJ.

A Estratégia de Transformação Digital, por meio do Promojud, alinhada ao combate à violência doméstica, evidencia a sinergia entre eficiência administrativa e justiça social. O uso do “Robô Maria da Penha” e a realização da Semana da Justiça pela Paz em Casa são exemplos de como a tecnologia e eventos específicos contribuem para o enfrentamento da violência de gênero.



Projeto “Meu Corpo Também Pulsa”: Abordagem Inclusiva e Humanizada nos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+ e Mulheres Detidas

No dia 11 de julho de 2023, profissionais da Vara de Audiências de Custódia de Fortaleza deram início a uma série de capacitações com o propósito de prevenir violações dos direitos humanos de pessoas custodiadas. O projeto, denominado "Meu Corpo Também Pulsa", é uma colaboração entre o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) e a Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

As capacitações, realizadas nos dias 11 a 13 de julho pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres e nos dias 18 a 20 de julho pela Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, visaram abordar os direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e das mulheres. Posteriormente, nos dias 25 de julho e 8 de agosto, os treinamentos foram conduzidos pelo Ministério Público do Trabalho.

A juíza Adriana Cruz Dantas, titular da Vara de Custódia, ressaltou que tais treinamentos tem como objetivo "fortalecer o compromisso com a defesa dos direitos humanos e o respeito à dignidade de todas as pessoas envolvidas no sistema de Justiça criminal". A magistrada enfatizou que somente por meio do conhecimento e da conscientização seria possível garantir um tratamento justo e igualitário a cada indivíduo que passa por audiência de custódia. A iniciativa, conforme a Resolução nº 348/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), está em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

A abordagem dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres, segundo a juíza, contribuiu para a construção de um ambiente mais inclusivo e igualitário, promovendo, assim, a aplicação prática dos princípios de respeito à dignidade e direitos humanos.

O projeto "Meu Corpo Também Pulsa" não se limitou apenas a capacitações educacionais. Além do conteúdo formativo, houve a oferta de suprimentos emergenciais, como roupas, calçados e material de higiene pessoal, juntamente com insumos que visam garantir a dignidade menstrual, incluindo a distribuição de peças íntimas.

Lucivânia Sousa, assessora especial da pauta de Direitos Humanos da Vice-Prefeitura e idealizadora do projeto, esclareceu que o foco principal é "prevenir violações de direitos humanos e pensar no acolhimento dos corpos com a necessidade de um cuidado específico, de uma humanização que requer dos profissionais que atuam na Vara de Custódia um olhar humanizado". A abordagem educativa estendeu-se também para a perspectiva de raça e classe social, refletindo a preocupação com a diversidade e inclusão.

A parceria entre o TJCE e a Prefeitura de Fortaleza, iniciada em 30 de janeiro de 2023 por meio de termo de cooperação, traduz o compromisso institucional com a promoção dos direitos humanos e a construção de um sistema de Justiça mais inclusivo e sensível às necessidades específicas de cada indivíduo envolvido.





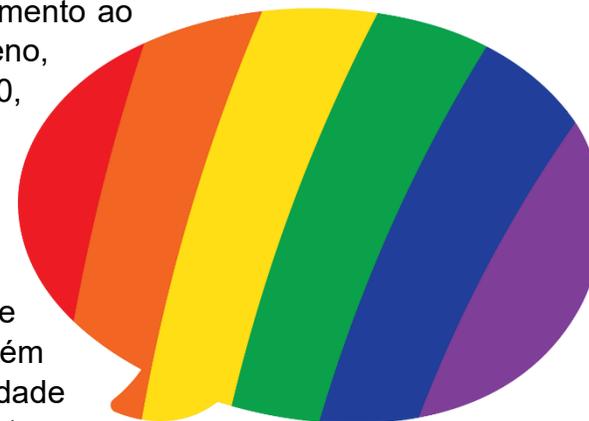
Poder Judiciário sedia evento de combate à LGBTfobia

No ano de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) promoveu um evento importante no combate à LGBTfobia no Fórum Clóvis Beviláqua (FCB). A iniciativa, intitulada "Apresentação do Dossiê de Crimes correlatos a LGBTQIfobia e Legislações de Enfrentamento à LGBTQIfobia no Município de Fortaleza", foi conduzida pela Comissão da Agenda 2030 do Poder Judiciário estadual, em conjunto com a Diretoria do FCB e a Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social de Fortaleza, através da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (COEDIV).

O evento, realizado em 21 de junho às 14h, visava fomentar o debate sobre o enfrentamento ao preconceito e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. O juiz Marcelo Roseno, auxiliar da Presidência do TJCE e coordenador da Comissão para Integração da Agenda 2030, enfatizou a importância da ação como uma estratégia de sensibilização para que o Judiciário estadual esteja atento às peculiaridades locais relacionadas aos crimes de LGBTfobia, proporcionando tratamento célere e adequado.

A diretora do FCB, juíza Solange Menezes Holanda, destacou a relevância de realizar o evento durante o mês reconhecido como Orgulho LGBTQIA+, visando promover um ambiente de trabalho mais respeitoso e livre de discriminação nas dependências da Justiça. O evento também contou com a participação da defensora de direitos humanos e coordenadora especial da Diversidade Sexual da Prefeitura de Fortaleza, Andrea Rossati Farias Chaves, uma das palestrantes do evento.

O evento contou com a presença do público interno, composto por servidores, magistrados e colaboradores, que puderam participar presencialmente no auditório Agenor Studart ou virtualmente através do Microsoft Teams, com o link disponível na TJNET. A realização dessa ação reforça o comprometimento do TJCE em integrar a Agenda 2030 da ONU à sua pauta, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e à promoção de políticas não discriminatórias.



TJCE e Apada: 25 Anos de Inclusão e Dignidade para Pessoas Surdas no Judiciário Cearense

No ano de 2023, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) celebrou 25 anos de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada), consolidando um histórico dedicado à inclusão de pessoas surdas no cenário judiciário cearense. Esta colaboração, iniciada em dezembro de 1997, sob a liderança da juíza Maria Cleire Bonfim Almeida, alcançou marcos significativos na promoção da inclusão social e dignidade no trabalho para pessoas com deficiência auditiva.

O projeto inicial contemplou 15 surdos na função de higienizadores, expandindo-se em 2011 para incluir 26 digitalizadores. Atualmente, 47 colaboradores, entre digitalizadores e higienizadores, além de dez intérpretes de Libras, desempenham papéis fundamentais na Justiça do estado. A atuação destes profissionais não apenas contribuiu para a sustentabilidade financeira do TJCE, mas também enfrentou o preconceito no mercado de trabalho, proporcionando dignidade as pessoas surdas.

Destacando a importância do papel desempenhado pelos funcionários com deficiência auditiva, a intérprete de Libras, Nara Maria de Lima Sousa Gonçalves, ressaltou a contribuição significativa na transição de modernização do tribunal, especialmente na digitalização de processos e preservação de arquivos. O impacto positivo na durabilidade de obras raras é evidente.

Em outubro de 2022, o TJCE reforçou seu compromisso com a acessibilidade ao contratar quatro tradutores e intérpretes de Libras. Esses profissionais asseguraram a inclusão de informações produzidas pelo Judiciário estadual, atuando em diversas instâncias, como sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, eventos e atividades transmitidos por aplicativos oficiais.

Além do ambiente inclusivo proporcionado aos colaboradores surdos, testemunhamos depoimentos positivos de Adriano de Mesquita Andrade e Liliane da Silva Moura, destacando a compreensão e empatia dos gestores, criando um ambiente de trabalho onde se sentem incluídos, acolhidos e valorizados.

A iniciativa do TJCE em 2023 além de se alinhar aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, reflete uma trajetória de sucesso na inclusão de pessoas surdas no Judiciário, evidenciando o compromisso institucional com práticas socialmente responsáveis e acessíveis.





Encontro entre Comissões do TJCE e OAB-CE em 2023 Fortalece Compromisso com Acessibilidade

No ano de 2023, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) estabeleceu parceria com a OAB-CE na promoção de melhorias na acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência (PCD). Em reunião realizada em 19 de setembro, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJCE e a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CDDPD) da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Ceará (OAB-CE) se encontraram com o presidente do Judiciário, desembargador Abelardo Benevides Moraes.

O presidente do TJCE enfatizou a longa preocupação da instituição em tratar todas as pessoas com dignidade e destacou a contínua busca por aprimoramentos nas condições de acessibilidade. Ele anunciou uma iminente reforma no prédio do Fórum Clóvis Beviláqua, programada para iniciar no mês de outubro e prevista para durar cerca de um ano. Essa iniciativa visa atender diversas demandas arquitetônicas voltadas à acessibilidade.

Durante o encontro, a OAB-CE apresentou ponderações construtivas e expressou entusiasmo em participar das ações do Tribunal de Justiça. O compromisso do presidente em unir esforços e ouvir as contribuições da OAB-CE foi evidente, sinalizando uma parceria produtiva. O Supervisor da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJCE, juiz Gúcio Carvalho Coelho, manifestou otimismo em relação a essa colaboração frutífera.

Além do presidente do TJCE e das comissões envolvidas, estiveram presentes na reunião a diretora do Fórum Clóvis Beviláqua, Solange Menezes; o oficial de justiça e membro da comissão do TJCE, Daniel Melo; e o gerente do Núcleo de Apoio às Comissões e membro da comissão, Marcelo Braga. Pela OAB-CE, participaram o presidente e a vice-presidente da CDDPD, Emerson Damasceno e Cristina Rocha, juntamente com os membros da diretoria da comissão Rosette Lopes, Fabiana Farah e Maurício Lima.

Em reunião anterior, a Comissão da OAB-CE propôs medidas para garantir a inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência na Justiça cearense. As sugestões incluem a aplicação da Resolução nº 401 do CNJ e da Resolução A/77/240 da ONU sobre Linguagem Simples, a criação da primeira sala multissensorial do Poder Judiciário para pessoas autistas e a realização de palestras e aulas sobre direitos das pessoas com deficiência para magistrados e operadores do Direito na Esmec.

A discussão abordou diversas pautas, visando garantir maior acesso à Justiça para as pessoas com deficiência e seus familiares. O encontro ganhou relevância no contexto da campanha "Setembro Verde", dedicada ao mês de luta pela inclusão das pessoas com deficiência. Ao término da reunião, Fabiana Farah, representando a OAB-CE, elogiou a disposição do TJCE em ouvir as demandas da comissão, ressaltando a importância da abertura e receptividade demonstradas durante o encontro.





Enfoque na Reconstrução e Modernização com Ênfase na Acessibilidade

Durante o ano de 2023, o Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) empenhou-se em ações significativas, com especial enfoque na conclusão das obras do novo Palácio da Justiça, no Centro Administrativo do Cambé, e nas reformas estruturais voltadas para a promoção da acessibilidade no Fórum Clóvis Beviláqua (FCB).

O Palácio da Justiça, afetado por um incêndio em setembro de 2021, viu sua reconstrução se transformar em uma oportunidade para aprimoramentos significativos. A ênfase foi dada à implementação de dispositivos que atendem às normas de acessibilidade, notadamente a ABNT NBR 9050. Ressalta-se a instalação de rampas, elevadores, corrimões de curta altura e piso tátil, tanto externa como internamente. O projeto buscou não apenas restaurar o espaço físico, mas também assegurar que o novo Palácio da Justiça se tornasse um ambiente moderno e inclusivo para todos, com foco na facilitação do acesso ao Judiciário.



No mesmo ritmo, o Fórum Clóvis Beviláqua (FCB) passou por transformações significativas visando assegurar uma experiência mais acessível e inclusiva. As obras nos setores Verde e Vermelho foram prioritárias para a instalação de dois elevadores e a demolição de escadas. O compromisso com a acessibilidade foi ainda mais evidente com a previsão de cinco plataformas elevatórias e a implementação de piso tátil nas rampas externas e subsolos, beneficiando não apenas os salões do júri, mas também as entradas principais e secundárias, bem como áreas comuns.

A administração do FCB avançou ainda mais em sua busca por inclusão ao disponibilizar um banheiro exclusivo para pessoas ostomizadas. A diretora do Fórum destaca a importância de atender às necessidades específicas desse grupo, ressaltando a inclusão de magistrados, servidores, colaboradores e advogados ostomizados.

Outro feito da gestão do TJCE é a melhoria das condições de trabalho dos servidores. Em 30 de maio de 2023, o presidente do TJCE reinaugurou a Central de Cumprimento de Mandados, ressaltando a importância de investir em condições adequadas. As melhorias estruturais incluem revitalização dos corredores externos, nova iluminação e pintura, reorganização das estações de trabalho, troca das portas para um padrão acessível, além de construção de banheiro acessível, resultando em melhorias operacionais.

O TJCE, ao adotar ações específicas em consonância com o Plano de Obras e o projeto "AME FCB – Adequações e Melhorias Estruturais", reafirmou seu comprometimento com a inclusão.

Diante desses esforços, o TJCE posicionou-se como um agente promotor da acessibilidade no ambiente jurídico, contribuindo para a construção de uma justiça mais equitativa e acessível a todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas ou sensoriais. O ano de 2023 foi marcado não apenas pela restauração de infraestruturas, mas pela construção de um ambiente judiciário verdadeiramente acessível e moderno.



Iniciativas do TJCE para a Ampliação do Acesso à Justiça e Inclusão Digital (PID)

No decorrer de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) empreendeu iniciativas importantes para a ampliação do acesso à Justiça, com especial ênfase na promoção da inclusão digital. O TJCE demonstrou um compromisso inabalável com a modernização dos serviços judiciais, resultando na instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) nas Comarcas de Fortaleza e Crato.

Os Pontos de Inclusão Digital (PID) representam espaços meticulosamente planejados para otimizar o uso das tecnologias, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso facilitado aos serviços judiciais.

A iniciativa, alinhada à Recomendação nº 130 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), buscou maximizar o acesso à Justiça, especialmente em locais desprovidos de unidades físicas do Poder Judiciário, contribuindo para superar as barreiras geográficas que muitas vezes limitam o acesso aos serviços judiciais. A medida também esteve em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Resolução do CNJ nº 341/2020, que prevê a disponibilização de salas para depoimentos em audiências por sistema de videoconferência.

A Portaria nº 1501/2023 delineou, de maneira precisa, as diretrizes para a utilização eficiente desses espaços. As salas, devidamente equipadas, foram disponibilizadas para a realização de atos processuais, como depoimentos de partes, testemunhas e colaboradores da Justiça, através de videoconferência. O Balcão Virtual também foi implementado, promovendo um canal adicional para atendimento aos cidadãos.

A importância estratégica desses espaços digitais vai além da mera execução de procedimentos judiciais. A iniciativa, em conformidade com a Resolução do CNJ nº 341/2020, reforçou o compromisso do TJCE com a eficiência ao disponibilizar salas para depoimentos em audiências por videoconferência, eliminando deslocamentos desnecessários e agilizando o trâmite processual.

A medida também se alinhou aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nº 10 (Redução das Desigualdades) e nº 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) da Agenda da ONU 2030. Os Pontos de Inclusão Digital representam um passo crucial em direção à redução das desigualdades, proporcionando um acesso mais equitativo ao sistema judiciário.

Ao implementar os Pontos de Inclusão Digital, o TJCE não apenas atendeu às recomendações do CNJ e contribuiu para o alcance dos objetivos globais de desenvolvimento sustentável, mas também reforçou o compromisso com a eficiência, celeridade e acessibilidade na prestação dos serviços judiciais, fortalecendo a atuação do Poder Judiciário cearense em prol da comunidade.



Reformas e Revitalizações de Fóruns com Ênfase em Acessibilidade

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) tem realizado um trabalho significativo na modernização e revitalização dos fóruns do Estado, com foco na acessibilidade e inclusão. Um ponto crucial nas intervenções realizadas é o foco na acessibilidade, uma vez que o TJCE reconhece a importância de oferecer condições igualitárias a todos os usuários da Justiça. As ações estão alinhadas com o Planejamento Estratégico do Judiciário, embasado em estudos técnicos e previsão orçamentária criteriosa.

As reformas e construções seguiram modernos critérios arquitetônicos, abrangendo desde a substituição das instalações elétricas, de rede e hidrossanitários, até a climatização de todo o prédio, incluindo áreas comuns. Destaca-se ainda o atendimento às normas de acessibilidade, buscando proporcionar um ambiente inclusivo e acessível a todos.

O programa "Avançar", lançado em 2022, e o "Mais Interior", em execução desde 2019, têm sido instrumentos essenciais para essas melhorias. Ambos visam não apenas a modernização, mas também a regionalização e a inclusão de tecnologias nas unidades judiciais, garantindo melhores condições de trabalho para magistrados, servidores e colaboradores do Judiciário e com o compromisso de oferecer um ambiente mais eficiente e acolhedor para todos os cidadãos.

A acessibilidade é um pilar fundamental nas reformas e revitalizações dos fóruns, com o objetivo de garantir a todos os cidadãos, independentemente de suas necessidades físicas ou sensoriais, o pleno acesso à justiça. As intervenções abrangem:

- Instalação de rampas de acesso, elevadores e plataformas elevatórias;
- Adaptação de banheiros e outros espaços;
- Implementação de piso tátil e sinalização em Braille;
- Criação de salas para Depoimento Especial de crianças e adolescentes;
- Fraldários e salas de amamentação.

Modernização e Ampliação da Estrutura

- Substituição de instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias;
- Modernização da climatização;
- Implantação de novas tecnologias;
- Ampliação dos espaços físicos;
- Melhorias na segurança;



- Criação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

O TJCE tem realizado investimentos significativos em obras de reforma e revitalização. Diversos fóruns já foram entregues à população em 2023, com destaque para:

- **Comarcas do Cariri:** Juazeiro do Norte, Jardim, Jucás, Crato, Araripe e Campos Sales.
 - Reforma do Fórum de Jucás: R\$ 2.289.220,35;
 - Reforma do Fórum de Jardim: R\$ 1.798.012,50.
 - Reforma e ampliação do Fórum de Juazeiro do Norte
 - reinauguração do Fórum do Crato R\$ 6.278.352,02 para a execução das obras;
- **Comarca de Jaguaribe:** Reforma e ampliação com investimento total de R\$ 1.744.287,61.
- **Fórum Desembargador Virgílio Firmeza, em Uruburetama:** Acessibilidade total e atendimento às normas do CNJ.
- **Comarca de Quixadá:** Reforma do 3º Núcleo Regional de Custódia e Inquérito, com investimento de R\$ 2.580.032,98.
- **Comarca de Beberibe:** Revitalização completa do Fórum, com investimento de R\$ 1.493.437,13.
- **Comarca Orós:** Revitalização geral na estrutura do prédio com Investimento de aproximadamente R\$ 80.000,00 nas obras.
- **Comarca de Solonópole:** Reformas e ampliações no Fórum Dolor Uchôa Barreira com investimento de aproximadamente R\$ 50.000 nas obras.
- **Comarca de Marco:** Entrega do Fórum local reformado, ampliado e modernizado, com Investimento total de R\$ 1.354.537,46 nas obras.
- **Brejo Santo:** instalação da 2ª Vara Cível de Brejo Santo.
- **Núcleo De Justiça 4.0:** instalação da Sala do Núcleo de Justiça 4.0 – Execução de Título Extrajudicial no Fórum Clóvis Beviláqua.

As reformas e revitalizações dos fóruns do Ceará representam um marco na busca por uma justiça mais eficiente, acessível e inclusiva. O TJCE demonstra seu compromisso em oferecer um ambiente adequado para o pleno funcionamento da Justiça, garantindo o acesso à justiça para todos os cidadãos. O TJCE está comprometido em continuar investindo na modernização e acessibilidade dos fóruns do Estado. O Plano de Obras 2023-2025 prevê a construção de 10 novos fóruns e a reforma de 28 unidades no interior do Estado.



Referências

Atendimento e inclusão a comunidade surda:

- [TJCE amplia acessibilidade no Judiciário com atendimento inclusivo para pessoas surdas](#)
- [Nós da Justiça em Libras - \(Sinais dos desembargadores\)](#)
- [Justiça em Libras | Réu](#)
- [TJCE e Apada completam 25 anos de inclusão de pessoas surdas trabalhando no Judiciário cearense](#)
- [Projeto inédito do TJCE batiza desembargadores com sinal de Libras e amplia acesso à Justiça para comunidade surda](#)
- [Pôr do Sol Cultural abordou o tema da inclusão com palestra sobre “Cultura Surda” ministrada em Libras](#)

Projeto Justiça de olhos abertos:

- [YouTube TJCE: Justiça de Olhos Abertos](#)
- [Corregedoria-Geral do TJPI pretende implantar projeto “Justiça de Olhos Abertos” do Ceará](#)
- [“Justiça de Olhos Abertos”: palestras promovidas pelo TJCE incentivam estudantes cegos a seguirem carreira no Direito](#)
- [Iniciativa inédita do TJCE leva estudantes cegos para conhecerem funcionamento da Justiça no Fórum Clóvis Beviláqua](#)

Equidade de gênero e inclusão feminina:

- [Judiciário implanta medidas de combate à violência contra mulher e iniciativas que promovem a equidade de gênero e a inclusão feminina](#)
- [Autoconhecimento e empoderamento da mulher são abordados na abertura do Clube de Leitura do Programa de Lideranças Femininas do TJCE](#)

Acessibilidade tecnológica:

- [Acessibilidade no TJCE](#)
- [TJCE amplia acesso à Justiça com instalação de Pontos de Inclusão Digital em Fortaleza e no Crato](#)
- [Judiciário em Evidência traz curiosidades, dúvidas e procedimentos do Tribunal do Júri](#)
- [Veja mais uma edição do Judiciário em Evidência](#)

Parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências da OAB-CE

- Comissões do TJCE e OAB-CE se reúnem com presidente para promover melhorias em acessibilidade
- Presidência do TJCE debate acessibilidade e inclusão com representante da OAB-CE

Cursos e capacitações:

- Projeto “Inclusão em Foco” do TJCE prepara profissionais da Justiça para atender de forma inclusiva populações vulneráveis
- Projeto Pôr do Sol Cultural deste mês traz o tema da conscientização sobre direitos das pessoas com deficiência (Intranet TJCE)
- Curso sobre acessibilidade tem início nesta segunda-feira
- Começam capacitações sobre direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e das mulheres detidas na Vara de Custódia de Fortaleza
- Curso: Discriminação, Preconceito e Diversidade Étnica
- Curso: Equidade e Protagonismo Feminino no Poder Judiciário
- Curso: Direito e Racismo Religioso
- Curso: Direito da Pessoa Idosa e Sua Dimensão Teórico-prática
- Curso: Violência doméstica e Familiar contra a mulher: medidas protetivas e avaliação de risco
- Palestra: Os direitos das pessoas trans e o papel do Poder Judiciário
- Palestra: Mulher, poder e participação política

Linguagem simples:

- Unidades de execução penal passam a utilizar linguagem simplificada para reduzir regressões de regime
- Transformação digital da Justiça cearense é apresentada no Congresso de Tecnologia, Inovação e Direito em Brasília
- Novos juízes do TJCE participam de oficina sobre simplificação da linguagem jurídica

Obras e reformas com ênfase na acessibilidade:

- Acessibilidade: TJCE disponibiliza banheiro exclusivo para pessoas ostomizadas
- Novo Palácio da Justiça está com 90% das obras concluídas
- Moderno e com acessibilidade, novo Fórum de Uruburetama vai aprimorar atendimento à população

- Comarca de Jaguaribe ganha Fórum moderno e instalação da 2ª Vara para tornar serviços mais ágeis ao cidadão
- Entrada do Fórum Clóvis Beviláqua será parcialmente bloqueada a partir de segunda-feira, dia 20
- Tribunal de Justiça do Ceará inicia reforma no Fórum Clóvis Beviláqua nesta segunda-feira
- Funcionamento do 3º Núcleo Regional de Custódia agiliza serviços da Justiça na Comarca de Quixadá
- TJCE inicia reformas de acessibilidade vertical no Fórum Clóvis Beviláqua
- TJCE inaugura Centro Judiciário de Solução de Conflitos Regional no Cariri
- Novas instalações do Fórum de Orós são inauguradas pela Presidência do TJCE
- TJCE avança com o cronograma de reformas e construções de Fóruns na Região do Cariri
- TJCE reinaugura Fórum de Beberibe, o terceiro em menos de seis meses com elevado padrão de modernidade
- Tribunal de Justiça do Ceará amplia atendimento à população com instalação da 2ª Vara em Solonópole
- Tribunal de Justiça do Ceará moderniza e amplia Fórum do Crato para otimizar serviços prestados ao cidadão
- TJCE promove melhorias na Central de Mandados para otimizar trabalho dos oficiais de Justiça
- População do município de Marco recebe Fórum ampliado, moderno, acessível e com instalação de mais uma vara

